

DOIS MOVIMENTOS, DOIS SÉCULOS, UM KITSCH

*Tathiana Senne Chicarino**

Resumo: A proposta deste artigo é examinar dois movimentos de protesto pela análise comparativa de seus antecedentes e desdobramentos, um ocorrido no século XX – as Diretas Já! – e o outro no século XXI – os “Indignados” ou 15-M. Concluímos que as sociedades tendem a desenvolver certo grau de moderação e de continuidade em seu comportamento quando vivenciam um momento de estabilização econômica, social e política, como no Brasil. Contudo, a desestabilização econômica pode abrir duas outras possibilidades, como vem ocorrendo na Espanha: uma mudança social; ou com a melhora do ambiente econômico uma retomada da tradição moderadora já latente em sua cultura política.

Palavras-chave: Cultura política; Democracia; Movimento social.

Abstract: The purpose of this article is to examine two protest movements by comparative analysis of its antecedents and consequences, one occurred in the twentieth century – the Direct Elections Now! – and the other in the XXI century – the “Indignant” or 15-M. We conclude that societies tend to develop a certain degree of moderation and continuity in their behavior when they experience a moment of economic, social, and political stabilization, as in Brazil. However, the economic destabilization can open two other possibilities, as what is occurring in Spain: social change, or a revival of moderator tradition already latent in the political culture, resulting from the improvement of the economic environment.

Keywords: Political culture; Democracy; Social movement.

* Mestranda em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: tathiasennechicarino@yahoo.com.br.

Introdução

Momentos históricos de crise podem originar movimentos políticos de participação popular por situarem a sociedade na ruptura entre dois tempos, e, pela análise do comportamento gerado por eles, é possível identificar importantes características desta realidade social. Partindo desta proposição, intencionamos examinar dois movimentos de protesto pela análise comparativa dos antecedentes e desdobramentos de cada trajetória: o primeiro ocorrido no final do século XX – as Diretas Já! – e o outro no século XXI – os “Indignados” ou 15-M.

O objetivo central é buscar um devir histórico entre os dois movimentos, suas rupturas, paradoxos e/ou continuidades. Para tanto, utilizaremos o conceito de *kitsch político* de Milan Kundera (2002) como uma categoria analítica comparativa. A escolha do conceito se deve à premissa de que a literatura nos fornece subsídios para compreender determinada realidade social, antecipando mecanismos, reiterando lógicas e demonstrando características permanentes de uma sociedade.

Como nosso objeto de análise são dois movimentos populares distintos histórica e geograficamente, faremos primeiramente uma contextualização histórica, ou um levantamento dos aspectos mais relevantes, trazendo à tona o “conjunto de seus atos e as consequências por ele geradas”, como sugere Camus (2007). Em seguida, investigaremos que tipo de ação e de cultura política está subsumido em cada movimento. A ação sobre a qual nos debruçaremos é aquela contida na conduta real dos atores envolvidos e, para tentar nos aproximar de seu significado, buscaremos estabelecer uma conexão de sentido, objetivo e subjetivo, entre as motivações e os efeitos da ação e da cultura política. Estas serão as bases comparativas utilizadas no decorrer do artigo.

Finalmente, compararemos as Diretas e o 15-M através dos seguintes itens dentro da categoria analítica *kitsch político*: (1) o *script*, ou o comportamento gerado pelo *kitsch*; (2) o binômio essência/superficialidade; (3) o compartilhamento de imagens

ícones, palavras, arquétipos, numa delimitação do léxico; (4) o acionamento da cultura política; e (5) a reprodução de lógicas e significados no sentido de continuação.

Diretas Já: comportamento e desdobramento

Após um período turbulento de democracia, de 1946 a 1964, dá-se a deposição do presidente João Goulart, situação ocorrida, para alguns cientistas políticos como Samuel Huntington (1988) e Fernando Henrique Cardoso (1970), em decorrência do processo de modernização tardia nos países de capitalismo dependente: primeiro viria a democracia e depois, dada a ineficiente resposta às demandas das massas, a ditadura. Essa explicação estrutural faz dos atores agentes impotentes no processo.

Outros dirão, como Juan J. Linz (1999), baseado numa perspectiva orientada para o ator, que o autoritarismo se instalou pela inabilidade das elites em resolver os conflitos pela via institucional, gerando uma atmosfera de polarização e radicalismo, interrompida pelo golpe militar.

Passados dez anos de regime autoritário, inicia-se a sua liberalização¹ durante a vigência do mandato de Ernesto Geisel, eleito pelo Colégio Eleitoral. De acordo com Linz (1999), a *detente* ou a descompressão não possuía prazos ou metas, e os militares, utilizando seus poderes de exceção, manipulam as regras do jogo eleitoral a fim de controlar a abertura.

A despeito da derrota nas eleições de 1974 e do reavivamento da oposição, a “estratégia de aperfeiçoamento”, ou o conhecido “processo lento, gradual e seguro de distensão”, é posta em prática. Para tanto, Geisel procura fortalecer o partido do governo e a

¹ J. A. Moisés (1994) faz uma reflexão sobre processos de liberalização como uma medida de Estados não democráticos em resolver crises cíclicas, dando à sociedade civil maior participação política, mas o que não equivale à democracia.

Arena (Aliança Renovadora Nacional), creditando a ele a capacidade de pelo consenso de dirimir os conflitos presentes na sociedade, prezando sempre pela manutenção da ordem social.

Contudo, essa “ordem” e – por que não dizer também – esse cronograma arquitetado por Geisel e por Golbery do Couto e Silva, chefe da *Casa Civil da Presidência da República*, são obstaculizados pela simbólica Campanha por eleições diretas para presidente da República, o maior movimento de massas dos anos 80, talvez até mesmo da história republicana brasileira. As mobilizações iniciadas em 1983 aglutinavam pequenos grupos, mas, dados o contexto de crise econômica e o anseio por liberdades de expressão e de participação, as manifestações adquiriram o caráter multitudinário – bem antes do termo “Multidão”, cunhado por Antonio Negri e Michel Hardt (2005) – e transformaram o espaço público em um espaço de manifestação de uma opinião pública há muito adormecida. Diretas Já! tornou-se a palavra de ordem do que viria a ser uma unanimidade nacional.

Em torno de um objetivo (o direito ao voto), houve a catalisação de diferentes partidos e ideologias², como PT (Partido dos Trabalhadores), PDT (Partido Democrático), CUT (Central Única dos Trabalhadores) e Conclat (Congresso da Classe Trabalhadora); e de organizações da sociedade civil, como a OAB (Organização dos Advogados do Brasil), a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), sindicatos, e também artistas, que contribuíram para transformar os comícios em grandes eventos populares.

A despeito da intensa adesão popular, a emenda Dante de Oliveira – que restituiria as eleições diretas a todos os níveis – foi vetada por uma pequena margem de diferença. Uma derrota legislativa, mas não uma derrota política (Bertoncelo, 2007), pois

² O termo ideologia trabalhado neste artigo refere-se a um universo intersubjetivo de crenças e valores, de concepção de mundo, para além da conquista no plano objetivo da vida (Coutinho, 1999, p. 115).

além do grande número de pessoas que integravam os comícios, ainda hoje as imagens da campanha carregam um importante valor simbólico a constituir o imaginário coletivo acerca da história do Brasil.

Diante disto, o ambiente político tornava-se cada vez menos favorável aos militares e, mesmo que a permanência funcional da sucessão presidencial pelo voto indireto fosse um objetivo, a redemocratização iniciada no governo Geisel e continuada no governo Figueiredo deixava-a cada vez mais distante.

A este cenário as Diretas contribuiu, pois um possível retorno à democracia representativa aproximou cada vez mais a oposição do centro do poder decisório, algo não previsto pela cúpula militar. A campanha foi uma brecha dentro de um arquitetado projeto de abertura política, pois, além de personalizar os anseios da sociedade, contribuiu para o processo de deslegitimação do regime militar.

A participação dos governadores da oposição eleitos em 1982, quando é extinto o bipartidarismo – Franco Montoro em São Paulo, Brizola no Rio de Janeiro e Tancredo Neves em Minas Gerais –, também foi fundamental, mas as Diretas só existiram por conta de uma correlação de forças sociais e políticas e uma conjuntura favorável, como as discordâncias entre facções internas e instabilidade econômica. Contudo, a campanha não faria sentido ou não teria alçado voo se, além disso, a sociedade civil não estivesse amadurecida e pronta para levar a cabo as rupturas moleculares³ que reivindicava.

A unidade da sociedade civil (a despeito da heterogeneidade dos grupos) em torno da retomada do Estado de Direito se configurou, nos termos de Dagnino (2004), como um projeto

³ O termo ruptura molecular refere-se ao conceito de “transformismo” de Gramsci, que é a incorporação pela classe hegemônica de elementos próprios da mudança social encampados, seja pelo bloco de oposição, seja pelas classes subalternas na tentativa de evitar mudanças mais profundas (Coutinho, 1999).

democrático, um passo para a construção democrática, e não a sua consolidação (O'Donnell, 1991), mas que teria acionado uma participação popular gestada em onze anos de transição: do expressivo “novo sindicalismo” à Igreja “progressista”, todos buscavam ocupar os espaços antes bloqueados.

Contudo, este projeto democrático que começava a ser delineado nas Diretas foi interrompido e, temporariamente, os militares conseguiram minimizar os efeitos políticos mais profundos da crise de hegemonia, delimitando a agenda da transição em temas que lhe eram favoráveis ou não tão adversos, ainda que considerassem algumas aspirações populares como uma forma de atenuar as insatisfações.

Os anseios democráticos dispersos com o final da Campanha foram canalizados na candidatura de Tancredo Neves – e isto foi preponderante na formação de sua imagem –, favorecendo-o frente ao Colégio Eleitoral. O coroamento deste processo político foi obtido com a articulação de dissidências liberais e conservadoras e com as forças populares. Todavia, o Brasil consolida o seu processo de redemocratização não com a posse daquele, mas de seu vice, José Sarney, ex-presidente da Arena.

Diante do exposto, temos “dois grandes grupos de pressão” presentes na oposição ao regime militar: a elite política e os novos movimentos sociais. O primeiro grupo será ressaltado por alguns autores num contexto de pacto entre elites. Como para Linz (1999), que vê o processo de transição sendo marcado pela solução de compromisso entre os grupos envolvidos, Przeworski (1997) segue a mesma linha teórica de que a liberalização se deve a um pacto entre os liberais do interior do regime e os moderados de fora, com a preponderância dos primeiros. Foi isso que permitiu que a transição fosse um sucesso, com uma palavra a resumi-la: moderação. Ao conduzir tanto a liberalização quanto a sucessão presidencial, os militares procuravam alijar as massas das decisões políticas e colocar a elite novamente no domínio político.

A despeito deste cenário sociopolítico, ou paradoxalmente por conta dele, é que argumentamos que pelas Diretas é possível

visualizar uma significativa mudança na sociedade brasileira, e os indícios foram a demonstração por parte da sociedade civil de uma ânsia por representatividade e a intenção de participar do jogo político de forma organizada, com a agregação de vontades individuais e coletivas em torno de uma bandeira.

Indignados: organização e perspectivas

Para compor a trajetória, a organização, as demandas e as perspectivas do movimento espanhol – “Indignados” – que teve início no ano de 2011, nos basearemos primordialmente no texto de Antonio Negri (2011), disponível *online*, e na coletânea de artigos contida no livro *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas* (2012), dada a escassa produção científica deste recente objeto sociológico.

Sob a palavra de ordem “*Democracia Real Ya*”, o movimento se inicia pelo agrupamento de diversas militâncias que começam a disseminar pela *internet* uma grande manifestação para o dia 15 de maio de 2010. Esta será a data inaugural e, por esse motivo, o grupo será conhecido pela sigla 15-M. Os militantes virão basicamente da classe média golpeada pelo desemprego estrutural e pelo insucesso do Estado de bem-estar social; alguns poucos imigrantes; e, majoritariamente o chamado “cognitariado urbano”, trabalhadores/produtos do trabalho imaterial (Negri, 2011).

Contudo, Negri (2011) nos chama a atenção para o fato de que esses atores não se organizam de forma identitária, o que à primeira vista se mostra em oposição à concepção de classe social marxiana. Para Marx (2006), mesmo que uma imensa massa tenha condições de vida semelhantes, ela não se faz enquanto classe social, com representação e representatividade, se não estabelecer relações multiformes entre si, gerando uma comunidade de interesses, uma identidade de destino (Marx, 2006). Por outro lado, o movimento 15-M também não se aproxima da definição de *lumpenproletariado* na medida em que não há um senhor com

“um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda a chuva e o sol” (Marx, 2006, p. 132).

O grupo 15-M é outra coisa, como nos diz Slavoj Žižek (Harvey *et al.*, 2012, p. 24): eles possuem interesses e bandeiras comuns, como ser contra toda a classe política, direita e esquerda, tida como corrupta, e contra a crise causada pelo capitalismo e a desigualdade econômica que ele intensifica. Contudo, não propõem a existência de uma comunidade ou uma organização política nos moldes tradicionais, não há a criação de uma consciência de classe nos moldes de Marx (2006), mas, de acordo com Giovanni Alves (Harvey *et al.*, 2012, p. 33), são capazes de expressar reivindicações coletivas comuns e de certa forma expor “as misérias da ordem burguesa no polo mais desenvolvido do sistema”.

“Indignados” foi o nome colocado pelos meios de comunicação de massa em referência ao livro de Stéphane Hessel, *Indignai-vos*. Negri (2010) ressalta que essa foi uma tentativa do *status quo* de esvaziar o caráter político do protesto, relegando-o à esfera do protesto moral, sendo que, para mantê-lo desta forma, a repressão apareceria como um horizonte. Casualidade ou não, a reação veio através da “recusa do medo”, que tem como contraposição o tripé *medo-proteção-soberano* de Hobbes, e a resistência não violenta utilizada pelo movimento transformou-se em *viralidade* (capacidade de se disseminar rapidamente), transbordando da rede mundial de computadores, o berço da linguagem do 15-M.

A identidade do movimento vai se concentrar na crítica à democracia existente. Dirão que os três poderes tradicionalmente constituídos não representam o povo; antes resultam em uma grande autonomização, parafraseando Faoro (2000), do estamento político em relação à sociedade civil. O 15-M reivindica a participação não somente no nível das ações propostas pelo Estado, mas também no nível decisório. Desta forma, dizer qual ação política deve ser implementada pelo Estado, e não ser

somente o destinatário desta ação, significa dizer que o clássico contrato firmado entre o soberano – ou Estado – e o povo – o detentor da soberania – se rompeu. Portanto, a saída proposta pelo movimento é buscar outros desenhos institucionais e, conseqüentemente, outras formas de representação.

A principal proposta é a criação de uma representação que parta de uma base em rede, seguida por assembleias locais e regionais, com o imprescindível retorno das decisões e das ações a todas as esferas participantes; ou seja, a implementação de uma democracia em tempo real e desterritorializada. Contudo, essa nova forma de representatividade não é consensual, visto que o movimento tem cada vez mais se afastado desse caráter reformista, revelando outra palavra de ordem: “Ninguém nos representa”. Os “Indignados”, segundo Slavoj Žižek (Harvey *et al.*, 2012, p. 24), afirmam que ninguém além dos cidadãos deve agir e procuram ser a mudança que desejam ver.

O nascimento do movimento não causa surpresa a Negri (2010), para quem sua gênese está na “casualidade (latente e perversa) da crise” financeira mundial que abalou o capitalismo a partir de 2008. Ele é “o aparente”, a consequência mais visível de um processo de acumulação, sedimentação e recomposição de insatisfações e demandas, como, por exemplo, o protesto ocorrido em março de 2004, quando atentados terroristas realizados pela Al Qaeda foram atribuídos ao ETA.

Entretanto, ainda que o dissenso esteja presente quando se fala da representatividade, algumas características se mostraram constantes no movimento 15-M ao longo dos meses de “acampados”, tais como: valorização da aparição midiática, mesmo em mídias tradicionais; disseminação viral e comunicação pela rede; ressignificação de elementos contidos em outras formas de lutas, como dos acampamentos da luta operária; a intersecção de vários grupos sociais; e o voluntarismo cooperativo dos participantes. Por fim, a característica mais importante ressaltada por Negri (2011) é no campo da elaboração teórica: ela ocorreria de forma colaborativa, em sinergia, permeada por

descontinuidades, mas também rica em intervenções competentes e eficazes que se afastam de experiências repetitivas e burocráticas. Este padrão de ação e de plataforma políticas faz com que o movimento se afaste de posições dogmáticas e sectárias por sua “capacidade de recomposição” (Negri, 2011); é a peça fundamental para a constituição de um projeto comum norteado por um espírito constituinte-pragmático, pois a forma colaborativa de criação afasta amálgamas politicamente contraditórios e faz com que a ação política concreta seja pensada em assembleias que contam com uma estrutura policêntrica de decisão, gerando o comum (Negri, 2011), o produto de uma legitimidade consensual.

Os dois movimentos: ação e cultura política

O referencial teórico empregado para entender a ação política dos movimentos citados será o proposto por Max Weber (2005). Para o autor, a ação social gera uma intenção referida à conduta de outros; portanto, a ação sobre a qual nos debruçaremos é aquela contida na conduta real dos atores envolvidos, em que eles empregam racionalmente meios para atingir determinado fim, e não como um “tipo ideal”, referente a um ator hipotético. E, para tentar nos aproximar do significado desta ação, procuraremos estabelecer uma conexão de sentido, objetivo e subjetivo, dentro da qual ocorre o curso da ação real.

A ação política empregada pelo movimento das Diretas Já! situa-se num contexto de tomada de decisão coletiva, sendo a principal a retomada do voto direto para presidente da República. A pauta geral não era a democracia social, a diminuição da desigualdade ou a melhoria na redistribuição econômica entre as classes (embora esses temas também fossem abordados).

Contudo, apesar do estreitamento do conceito de democracia, naquele momento o voto tinha uma conotação libertária, já que não havia liberdade de expressão e informação, muito menos um ambiente de discussão em que as massas se fizessem partícipes. Para além de estender a possibilidade de escolha

que já ocorria em outros níveis, votar para presidente significava dar início a uma nova etapa política e social. Portanto, a reivindicação por cidadania política pode ser entendida como a ponta do iceberg, a parte mais visível e palpável dos anseios democráticos da população, de seu descontentamento.

A partir destas considerações, levantamos as seguintes questões: a ação política das Diretas se aproxima da estratégia do 15-M ou “Indignados”, com diferença para o conteúdo histórico e a técnica de mobilização, ou eles estariam promovendo uma reinvenção na forma de “fazer política”, centrada na ação direta e coletiva? O teor valorativo desse novo movimento seria inovador ou apenas reflexo de um momento de crise econômica que estaria afetando a esfera social e política? Seria um processo de mudança estrutural ou conjuntural (Wallerstein, 1984, p. 3)?

Entendemos que há importantes diferenças entre eles. Primeiro, a origem dos “Indignados” não está nas estruturas partidárias, sindicais ou mesmo nos movimentos sociais ditos tradicionais, como nas Diretas, mas nas redes sociais (especialmente Twitter e Facebook), gerando o que Henrique Soares Carneiro (Harvey *et al.*, 2012, p. 08) chamou de “um boca a boca eletrônico com mensagens replicadas a milhares de outros receptores”. O segundo item a ser considerado é a ausência de uma ideologia pré-determinada e homogênea, fazendo com que a marca mais visível do movimento seja a ação política propriamente dita e não uma reflexão *a priori*, diferentemente das Diretas, que foi o desfecho de um longo processo, com recuos e avanços, tendo a reflexão *a priori* como um viabilizador da união de diferentes lideranças, partidos e movimentos sociais.

A ação social empregada pelo movimento 15-M se originou na rede e se configurou como uma rede, o que possibilitou a interligação de relações aparentemente aleatórias e um maior fluxo das informações, como afirma Castells: “Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura”

(Castells, 1999, p. 497). Acarretou mudanças na estrutura dos movimentos sociais e nas demais ações coletivas. Se as lutas sociais eram marcadas pela existência de uma hierarquia vertical condizente com os valores do taylorismo e do fordismo, as lutas contemporâneas, ao contrário, apresentam uma estrutura cada vez mais horizontal e em rede, e com uma pauta mais geral e transnacional, embora tenham objetivos locais e específicos.

Os movimentos nascidos na internet abrem a possibilidade de instauração de uma nova dinâmica sociopolítica com reconfiguração do espaço e das práticas sociais (Lemos; Levy, 2010), refletindo, portanto, na ação política e na democracia, visto que “toda tecnologia, na medida em que é inserida na vida da sociedade ou no jogo das forças sociais, logo transforma-se em técnica social” (Ianni, 2008).

Se ampliarmos um pouco a perspectiva de análise da ação dos atores, veremos não só uma atuação estritamente política, mas também um substrato cultural, ou cultura política. De acordo com Souza e Lamounier (1990), a cultura política é ao mesmo tempo causa e consequência do funcionamento do sistema político; a consequência se cristaliza no que a sociedade se recorda de suas experiências passadas e são uniformemente reproduzidas a menos que ocorra uma substancial ruptura. Os autores acima citados descrevem a cultura política brasileira como de ordem *patrimonial*, sendo que o Estado carregaria, durante o seu processo histórico constitutivo, algumas características fundamentais: autonomia frente à sociedade; caráter de apaziguamento e prevenção de conflitos, gerando a sua *internalização* e tornando mais confusa a distinção entre o público e o privado; e, por fim, manutenção de grupos tradicionais de forma fisiológica.

Os resultados da redemocratização brasileira são menos paradoxais se tivermos a cultura política como referência, pois se há, de um lado, a ação política motivada pela reivindicação de eleições diretas para presidente da República, há, de outro, a consequência desta ação, que é a eleição indireta de Tancredo Neves, um político aceito pelos círculos militares a despeito de

toda a ascendência que obtinha das massas e até mesmo da oposição ao regime militar, e de José Sarney como vice-presidente, um veterano saído da “bossa nova” da UDN, senador da Arena e depois presidente do PDS. Esta solução de compromisso é característica de um Estado que busca a manutenção do *status quo* e a exclusão política das massas populares através da ordem e da moderação.

Ao tratar do movimento 15-M em alusão à cultura política, teremos como principal referência empírica, além dos textos da bibliografia, os de Antonio Negri (2010) e de Josep Maria Antentas (professor de sociologia da Universidade Autônoma de Barcelona) e *Esther Vivas* (2010) (membro do Centro de Estudos sobre Movimentos Sociais da Universidade Pompeu Fabra).

Como já foi dito, há uma sensível diferença entre o 15-M e as Diretas, que é o contexto de grande desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte, fazendo com que os espaços se modifiquem e, mesmo que a distância seja considerada, o local da ação política não é mais fixo. De acordo com Lemos e Levy (2010), o planeta começa a parecer uma comunidade local, mas as decisões e atitudes tomadas nesta comunidade podem ter efeitos globais, gerando uma internacionalização da questão social (como nas questões de violação os Direitos Humanos e de proteção ambiental).

Contudo, por mais que a ação política tenha efeitos globais, a experiência humana é local, como nos diz Castells (2009), pois esta é uma característica intrínseca à democracia – ter bases locais e fundamentar-se na soberania que é expressão, ao menos idealmente, dos interesses de uma maioria contida em determinado limite territorial. E o que os “Indignados” têm feito é contestar este tipo de democracia. Para o movimento, o conteúdo soberano relativo ao conjunto dos indivíduos teria perdido o sentido real e ideal; para eles, o pacto social vigente não é socialmente construído por todos. Além disso, há em seu discurso uma forte crítica ao estamento político (Faoro, 2000) e ao sistema financeiro internacional a quem eles responsabilizam pela atual crise. Como

dito por Antentas e Vivas (2011), o lema “não somos mercadorias em mãos de políticos e banqueiros” sintetiza as demandas. Para os autores, o movimento expressa um intenso estado de indignação que emergiu de forma inovadora e imprevista, mas com base na ação coletiva e com apelo ao imaginário coletivo.

O apelo ao imaginário coletivo citado por Antentas e Vivas (2011) diz respeito diretamente à cultura política, por ser um fenômeno coletivo construído socialmente e que impregna de significados compartilhados a ação política. E justamente por ter o seu conteúdo construído socialmente é que ele se mostra essencialmente fluído, se desenvolvendo dialeticamente na realidade histórica.

Ao nos depararmos com a redemocratização espanhola depois da “era franquista” em meados da década de 1970, vimos que essa transformação política não implicou em uma substancial transformação econômica, pois as reformas nesta área já estavam em andamento anteriormente. Segundo McDonough, Barnes e Lopes Pina (1984), a prosperidade econômica contínua fez com que a redemocratização na Espanha ocorresse de forma tranquila, sem uma mudança social radical. Essa percepção popular sobre a esfera econômica fez com que a legitimidade política do Estado ficasse atrelada a duas lógicas complementares: despolarização ideológica e prosperidade econômica. Depois da amarga experiência vivida na guerra civil, as elites ficaram convencidas de que os benefícios da acomodação são maiores do que os riscos do confronto.

Há outros dois aspectos relevantes que McDonough, Barnes e Lopes Pina (1984) identificam como formadores da cultura política espanhola: o primeiro é um traço de moderação na transição do autoritarismo para a democracia na Espanha, assim como identificamos na transição brasileira; o segundo é que, se há satisfação na esfera privada, há também satisfação na esfera pública e vice-versa, mas, e mesmo que mantenham os dois âmbitos em planos diferentes, a economia, a política e a vida pessoal parecem caminhar lado a lado.

Percebemos com essa reflexão que, depois da crise econômica dos anos 2000, ao menos parte da cultura política espanhola passa a se identificar com o sentido negativo do binômio despolarização ideológica/prosperidade econômica e que esse padrão de comportamento acaba refletindo na satisfação pessoal, na legitimidade do Estado e também na ação política.

O *kitsch* político

O *kitsch político* de Kundera (2002) se origina da obra *A Insustentável Leveza do Ser* e, a despeito da utilização pouco ortodoxa deste como categoria analítica comparativa, sua escolha se deve à premissa de que a literatura pode nos fornecer subsídios para compreender determinada realidade social, antecipando mecanismos, reiterando lógicas, demonstrando características permanentes de uma sociedade.

Desta forma, a execução da análise dos dois movimentos propostos requer que identifiquemos antecipadamente alguns itens dentro da categoria analítica *kitsch* a servir de base comparativa, sendo eles: (1) o *script*, ou o comportamento gerado pelo *kitsch*; (2) o binômio essência/superficialidade; (3) o compartilhamento de imagens ícones, palavras, arquétipos, numa delimitação do léxico; (4) o acionamento da cultura política; e (5) a reprodução de lógicas e significados no sentido de continuação, ou de continuísmo.

A primeira consideração de Kundera (2002) acerca do *kitsch* é a de que o pano de fundo é o mundo comunista em plena Guerra Fria e seus efeitos nas manifestações de massa, como o Primeiro de Maio. Para o autor, movimentos dessa natureza suscitariam nos indivíduos uma espécie de catarse coletiva envolta em uma atmosfera entusiástica, resultando em um tipo de ação política que prioriza certa beleza superficial à verdadeira essência. Este é cenário ideal para que se possa visualizar o significado do *kitsch político*, pois o momento catártico estabelece determinado *script*, um comportamento considerado aceitável a ser seguido, e é este

comportamento e seus desdobramentos que são passíveis de análise.

De acordo com Miguel (2012), o *kitsch político* de Kundera (2002) refere-se “à criação de um espaço imaginário em que crenças e certezas são mantidas a salvo do contágio por uma realidade que nem sempre (ou quase nunca) se adéqua a elas” (Miguel, 2012, p. 185). Neste espaço imaginário há um comportamento puro, sem máculas, a ser seguido e esta é a razão pela qual optamos por comparar dois movimentos populares – Diretas e 15-M. Pois, quando há a união de grupos social, ideológica e politicamente diferentes, há também a tentativa de atenuação das desigualdades e exaltação das semelhanças em nome da harmonia e da beleza representados por uma causa.

Para Kundera (2002), o *kitsch* não é um compromisso apenas político, mas um *acordo categórico com o ser*, uma celebração da vida que afeta até mesmo os indiferentes, pois, “quando o coração fala, não é conveniente que a razão faça objeções. No reino do kitsch se pratica a ditadura do coração” (Kundera, 2002, p. 284), não da razão ou da originalidade, e é por este motivo que os sentimentos suscitados pelo *kitsch* devem necessariamente ser compartilhados por um grande número de pessoas e suscitados por imagens ícones, palavras, arquétipos, que acionam o gatilho da memória, da cultura política de um povo ou grupo.

A emoção gerada por fazer parte do momento catártico é o *kitsch*. O “kitsch é o ideal estético de todos os políticos, de todos os movimentos políticos” (Kundera, 2002, p. 285) e a palavra de ordem é sua visualização mais imediata, seja Diretas Já! ou “*Democracia Real Ya*”.

Distinguimos no levantamento histórico duas importantes consequências das Diretas (que não se fazem de forma mecânica ou determinista, e sim como desdobramento): a eleição do moderado Tancredo Neves com Sarney como vice; e a constituição do maior movimento de massas da História brasileira, que ainda nos dias de hoje povoa nosso imaginário, com seus virtuosismos e arquétipos. Contudo, o que à primeira vista se mostra paradoxal

é na verdade um desdobramento das tradições, comportamentos e atitudes desta sociedade, visto que a democratização brasileira está ligada aos antecedentes históricos do regime político que vivenciava, portanto, à sua cultura política.

O compartilhamento de ícones, palavras de ordem e arquétipos faz com que o momento catártico misture essência e superficialidade (no sentido de priorização da aparência), com um enfoque maior ao segundo, pois se de um lado pode ser uma grande celebração, ou um importante movimento reivindicatório, por outro pode ser o aprisionamento deste por um comportamento considerado aceitável, delimitando o léxico da luta que se pretende empreender.

Essa mistura é uma característica essencial da utilização do *kitsch* kunderiano como categoria de análise das Diretas, pois se a um passo a reivindicação do direito à escolha do governante da nação, feita com punhos cerrados e com uma palavra de ordem, pudesse significar a aspiração por uma forma mais concreta de participação popular nos assuntos do Estado, por outro ela poderia ser apenas uma brecha dentro da estratégia dos militares de manutenção do *status quo*. Pois, como vimos, a centralidade dos debates sobre a democracia se abreviava na retomada do voto direto para presidente, ou seja, uma mudança no desenho institucional, não estava em pauta (generalizada) se resultaria em uma democracia social.

Portanto, pelo referencial teórico de Kundera (2002), o movimento das Diretas Já! levava o espectador, ou mesmo o ator, a certo engano, já que havia uma bandeira e um léxico delimitado. Entretanto, como nos referimos à uma ação política dialética, não podemos caracterizá-la simplesmente como uma mudança não autêntica, pelo fato de não ter promovido uma ruptura substancial na dinâmica da ação política, e de ter sido marcada pela resolução do conflito por meio da conciliação e da manutenção da elite política no poder, pois, com as Diretas houve também a inauguração de uma nova prática política: a introdução das massas como ator político democrático. Mesmo de um jeito

alegre e despojado, as Diretas, contrariando a imagem do brasileiro como distante da política, o insere no campo de disputas. Neste ponto percebemos um aparente distanciamento do conceito de Kundera (2002), já que o *kitsch* é uma reprodução de lógicas e significados, sem a incorporação de novos elementos.

Todavia, se enxergarmos as Diretas em longo prazo, ela fica limitada à mobilização popular, gerando uma imagem, ou um ideal estético confinado ao passado, envolto em uma atmosfera entusiástica e com um *script* a ser seguido na promoção da unidade nacional. Uma modificação mais substancial na cultura política não ocorre com as Diretas. Se ela ocorre com o fim do regime militar e com a Constituição Cidadã, é objeto de estudo posterior. Uma crise de hegemonia no padrão político vigente ocorreu, mas sua amplitude nos anos subsequentes é a instigante questão que fica posta.

Nas reflexões acima podemos enxergar algumas características do *kitsch* kunderiano, especialmente se tivermos como referência o dito por Camus (2007) de que todo conhecimento verdadeiro é impossível, sobrando para a análise a conduta dos homens, o conjunto de seus atos e a soma das consequências geradas por estes atos. Nas Diretas vimos tanto uma bandeira – eleições diretas em todos os níveis – quanto uma delimitação de seu léxico, mas o mais relevante é que ambos têm em sua base o aquiescer, no sentido de condescendência e continuação, ainda que em intensidades distintas.

E “A continuação é um retorno inconsciente aos grilhões, ou é o despertar definitivo” (Camus, 2007, p. 27). Por esta razão, momentos catárticos são relevantes objetos sociológicos por situarem a sociedade em dois tempos: ao mesmo tempo em que se alimentam da lembrança, da memória, podem dar àquela sociedade um novo caminho.

A continuidade para o movimento 15-M se apresenta como a necessidade de autopreservação. De acordo com Negri (2011), há duas possibilidades para a institucionalização do movimento: converter-se em um contrapoder permanente e/ou organizar-se

como poder constituinte. Portanto, é uma continuidade, mas não no sentido do *kitsch* kunderiano, de reiteração de lógicas tradicionais. O que os diferencia é a intenção de passar da reforma, que é a ruptura com certos quadros institucionais, para a revolução, que é quando ocorre uma alteração dos fundamentos estruturais da sociedade nas suas dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais, provocando o rompimento com a ordem dominante vigente e instaurando uma nova ordem.

A busca pela institucionalização tem como matriz a própria organização interna do movimento, submetida constantemente a processos de democratização, de criação de estruturas de rede horizontais e participativas. Para o 15-M, essa é a experiência inicial de novas formas de expressão democrática, uma democracia real, alternativa à existente.

Contudo, o seu *modus operandi* estaria se aproximando mais de uma modalidade que Negri (2010) chama de “assemblear” do que de um novo modelo decisório, criado e compartilhado na rede, revelando uma relativa ruptura/descontinuidade com o modelo por eles proposto para a arena estatal. Este é um perigo já apontado por Marx (2006), para quem a verdadeira mudança só ocorre quando nos livramos do peso da tradição, ou ela pode nos solapar antes que possamos institucionalizar uma nova prática. Assim, o 15-M está justamente nessa encruzilhada, reiterar tradicionais práticas políticas ou ser o embrião de novas práticas políticas.

Ribeiro e Borba (2012) trazem uma interessante reflexão sobre a participação política nas democracias contemporâneas que nos ajuda a compreender o 15-M. De acordo com os autores, pesquisas na América Latina têm mostrado que as formas não convencionais de participação, como os protestos, estão aumentando ante a um decréscimo das modalidades tradicionais ou eleitorais (Ribeiro; Borba, 2012, p. 02).

Tendo em vista que o intuito do protesto político é manifestar, de maneira pública, uma ideia ou um projeto com vistas a influenciar alguma esfera do poder (governo, parcelas da

população), destacamos, em relação ao *kitsch* kunderiano, a capacidade do movimento 15-M de mobilizar as massas em curto tempo e com exponencial crescimento. A semelhança é que a mobilização corporal muitas vezes ocorre depois de ter havido uma mobilização emocional, por isso a necessidade de uma carga de passionalidade, de catarse.

Entretanto, apesar de se reunirem nas praças espanholas grupos geográficos, social e ideologicamente distintos, “[...] esses agrupamentos são efêmeros, *ad hoc*. Eles não visam, de forma nenhuma, constituir estruturas de poder permanentes” (Lemos; Levy, 2010, p. 163). A praça é a própria rede, e se ela já havia sido ocupada por diferentes segmentos da sociedade no movimento das Diretas, agora, recusando as instituições próprias do Estado democrático, o 15-M vai usar a visibilidade das redes sociais como uma tática para ocupar esses espaços públicos, mas de forma ampliada, difusa e descentrada, e não de forma permanente.

Outro item que nos chama a atenção é a origem do nome do movimento: “Indignados”, do livro *Indignai-vos* (Hessel *apud* Negri, 2011). Neste livro, dirá Negri (2011), o autor salienta que a indignação é a chave do compromisso e esse compromisso pode fazer com que motivos outros, que fujam à meta pré-estabelecida, sejam desconsiderados. Estamos, portanto, diante de outro elemento do *kitsch* kunderiano: a relação entre superficialidade e essência, pois há a possibilidade de a ação política deixar de significar uma tomada de consciência, uma decisão racional estabelecida em relação a um fim, no caso do movimento 15-M do caminho a uma democracia real para tornar-se uma efemeridade.

Hessel (*apud* Negri, 2011) chega a citar Hannah Arendt comparando o apelo à indignação com a “política da piedade” da autora. Em se tratando de uma época dedicada ao espetáculo das emoções, esse conceito faz todo sentido, pois Arendt (2010), em seu livro *A condição humana*, diz que este tipo de política, baseada na emoção, na empatia pelos infortúnios do outro, pode ser uma armadilha, um impedimento para a execução de uma política igualitária e justa, já que ela pode valorizar demais a virtude em

detrimento da construção de uma esfera pública. Para Arendt (2010), este tipo de sentimento é contrário à ação política por exigir uma solução imediata, enquanto que a política teria como procedimento básico o tempo como um amadurecedor de ideias. Mas é exatamente esse processo político que o movimento 15-M rejeita; o que eles reivindicam é a ação imediata, um poder de participar efetivamente das decisões do Estado em tempo real.

Para o 15-M a democracia atual estaria em crise, de soberania e de conteúdo, com os cidadãos sendo cada vez mais afastados da arena decisória em nome do controle e da técnica. E é a partir desse questionamento que identificamos uma característica oposta às Diretas, que é pensar sobre o símbolo maior da democracia: o voto.

As Diretas Já! reivindicaram primordialmente o direito de escolher seu representante. É claro que havia um contexto político a justificá-lo, mas os “Indignados” irão além: dirão que os representantes escolhidos não os representam de fato e que um voto a cada quatro anos não é suficiente para quem reivindica a política como exercício cotidiano de participação e decisão, e não como uma obrigação de escolha entre “ruins”.

Retomando o texto de Ribeiro e Borba (2012), vimos que votar é uma das muitas formas de participação, mas que a mobilização contestatória é crescente, especialmente num ambiente de reconfiguração de práticas e ações sociais. Essa forma não convencional de participação pode ser vista como um “meio do desenvolvimento de uma cidadania crítica, com doses benéficas de desconfiança política” (Ribeiro; Borba, 2012, p. 02).

É por um direito político implementado no dia a dia que lutam, e essa luta se faz na rejeição à política, mas num formato político (Miguel, 1997) ou “com doses benéficas de desconfiança política” (Ribeiro; Borba, 2012, p. 02). Ou seja, o movimento 15-M não se opõe à política em geral, mas à política tradicionalmente instituída, à política partidária. Pois o crítico momento histórico vivenciado pelos “Indignados” não é somente devido à crise financeira ou à crise da dívida soberana europeia,

mas é principalmente uma “crise política dos partidos da ordem burguesa”, como destacado por Giovanni Alves (Harvey *et al.*, 2012, p. 35). O grande desafio é, pois, transformar a indignação, essa atmosfera entusiástica, em um processo constituinte duradouro, não apenas democratizando uma praça pública, mas a sociedade.

Desta forma, concluímos que tanto as Diretas Já!, como os “Indignados”, ou 15-M, são movimentos dialéticos e fluídos, marcados pela contradição e pela passionalidade – características intrinsecamente humanas a nosso ver – e isso faz com que, dependendo do ponto de vista adotado vejamos aproximações ao *kitsch político* kunderiano, mas também rejeições.

Contudo, há outro aspecto a ser ressaltado, que é quanto à execução de um projeto político democrático, nos termos *gramscianos*, um conjunto de interesses, concepções de mundo que possa orientar a ação política dos sujeitos e dar outro rumo à sociedade (Dagnino, 2004, p. 98). Se para as Diretas e seu projeto político o voto era sinônimo de liberdade, para os “Indignados”, que se originaram de uma crise de representação democrática, é sinônimo de defasagem. Esta diferença de “causa” e de “bandeira” nos leva a afirmar que todo estudo comparativo deve ter a perspectiva histórica como elemento metodológico, uma vez que são movimentos populares, em períodos e com trajetórias políticas distintas.

Ao movimento 15-M abrem-se então duas perspectivas: ser apenas o reflexo de uma crise, como na transição entre a ditadura e a democracia no Brasil, ou ser o início da criação de novos valores políticos através de sua “capacidade de recomposição”. A efemeridade ou a superficialidade (um dos aspectos do binômio essência/superficialidade) é uma possibilidade, todavia podemos afirmar que “marcas históricas” já foram deixadas, assim como nas Diretas.

“Marcas históricas” também foram deixadas pela transição espanhola, já que os acordos pós-ditadura franquista moldaram as instituições democráticas e a cultura política. Segundo

McDonough, Barnes e Lopes Pina (1984), a legitimidade política do Estado espanhol a partir de então ficou vinculada a duas lógicas complementares, despolarização ideológica e prosperidade econômica, fazendo com que as mobilizações populares sejam a representação de uma insatisfação pessoal desencadeada por um processo de deterioração econômica.

De acordo com Ribeiro e Borba (2012), a participação política não tem a explicação econômica como unívoca; por ser um fenômeno multicausal, as características peculiares de mobilização e de difusão e os valores e atitudes políticas são relevantes na análise. Como nas Diretas e no 15-M, pois ambos, em algum momento, acionam a cultura política, seja no desenrolar ou no desfecho de sua trajetória, e tendem a desenvolver certo grau de moderação e de continuidade em seu comportamento quando vivenciam um momento de estabilidade ou estabilização econômica, social e política.

O caso brasileiro assim se enquadra, pois a campanha por eleições diretas não proporcionou uma alteração na institucionalidade constituída; a vitória ficou com aqueles setores da elite política que fechavam com a estratégia da transição de Geisel, fossem integrantes da oposição ou dissidentes. Já os “Indignados” vivenciam esse momento de crise, e novamente retomamos as perspectivas que a eles se abrem para dizer que, diante da tese de configuração de uma nova forma de representatividade em oposição à democracia existente, o 15-M pode estar diante de uma síntese, ou a melhora do ambiente econômico e a garantia das bases materiais pode denotar a retomada de uma tradição já presente em sua cultura política reduzindo os conflitos a questões de curto prazo.

O *kitsch político* de Kundera (2002), enquanto categoria analítica, nos permite antecipar mecanismos e demonstrar características permanentes de uma sociedade, e por ela percebemos que a utilização de um *script*, a presença do binômio essência/superficialidade e a delimitação do léxico, podem levar

ao acionamento da cultura política e, conseqüentemente, à reprodução de lógicas no sentido de continuação.

Desta forma, estamos diante de um aparente dilema: como nas Diretas e no 15-M há a incorporação de novos elementos, eles estariam se distanciando e contradizendo o conceito de *kitsch político* de Kundera (2002)? Acreditamos que o próprio campo de disputas estabelecido nos dois movimentos permite que o *kitsch político* exista e continue reproduzindo lógicas e significados mesmo com a incorporação de novos elementos, pois, se nos orientarmos pelo que Miguel (2012) entendeu sobre o *kitsch político* como sendo um espaço imaginário elevado à perfeição, mantido a salvo do mundo e das deficiências que ele impõe, podemos entender que para manter esse espaço a salvo, muitas vezes há que se ter a incorporação de certos elementos. Contudo, a incorporação de alguns elementos reivindicatórios em detrimento de outros se aproxima das modificações moleculares de Gramsci (Coutinho, 1999), já que ocorre de forma passiva e ordenada, revelando ser uma eficaz estratégia para manter a ordem ou, dito de outra forma, para manter o espaço criado pelo *kitsch*.

É evidente que a utilização do conceito kunderiano de *kitsch político*, especialmente o item “reprodução de lógicas e significados no sentido de continuação”, mostra-se mais produtivo nas Diretas, pois uma análise a *posteriori* pode nos fornecer mais subsídios para a compreensão do fenômeno.

Entretanto, é no desenrolar das experiências e ações humanas, ou no “conjunto de seus atos e as conseqüências por ele geradas” (Camus, 2007), que podemos distinguir os “processos conjunturais dos estruturais, isto é, os ritmos cíclicos das tendências seculares de um sistema histórico concreto”⁴

⁴ O sistema histórico para Wallerstein (1984) é um processo contínuo de uma divisão social do trabalho organizada por alguns princípios fundamentais e existe num espaço e tempo reais que são parte da sua definição e devem ser especificados. Contudo, esses dois elementos não necessariamente o mesmo em todos os pontos do tempo, como vimos nas Diretas e no 15-M.

(Wallerstein, 1984, p. 03) e verificar se essas ações sociais podem caminhar para uma resolução de suas contradições “através do ajustamento dos seus modelos institucionais em funcionamento” (Wallerstein, 1984, p. 02), gerando uma conduta com tendências seculares mantenedoras da ordem no tom das modificações moleculares, ou se pode viabilizar a construção um novo sistema histórico.

Bibliografia

- ARENDDT. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BERTONCELO. *A Campanha das Diretas e a Democratização*. São Paulo: Humanitas, 2007.
- CAMUS. *O Mito de Sísifo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007.
- CARDOSO; FALETTO. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1970.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *A galáxia da internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. *Comunicación y Poder*. Madrid: Alianza Editorial, 2009.
- COUTINHO. *Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- DAGNINO. “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” In: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.
- FAORO. *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2000.

- HARDT; NEGRI. *Multidão: Guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HARVEY, *et al.* *Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.
- HUNTINGTON. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. São Paulo: Forense/EDUSP, 1988.
- IANNI. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- KUNDERA. *A Insustentável Leveza do Ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LEMONS, André; LEVY, Pierre. *O futuro da internet, em direção a uma ciberdemocracia*. São Paulo: Paulus, 2010.
- LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. *Transição e Consolidação da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2006.
- MCDONOUGH; BARNES, G.; PINA; FIGUEIRA-MCDONOUGH. "A democratização desencantada: a cultura política na Espanha pós-82". *Lua Nova*, São Paulo, n. 26, p. 187-218, ago. 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n26/a07n26.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2012.
- MIGUEL. *Em busca da harmonia perdida: mito e discurso político (uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994)*. 1997. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.
- _____. "Falar bonito: o Kitsch como estratégia discursiva". *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 6, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>

scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 dez. 2012.

MOISÉS, J. A. "Entre a 'incerteza' e a tradição política: uma crítica da primeira geração de estudos da transição". *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 40, 1994.

O'DONNELL. "Democracia delegativa?" *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 31, 1991.

PRZEWORSKI; ALVAREZ, M.; CHEIUB, J. A.; LIMONGI, F. "O que mantém as Democracias?" *Lua Nova*, São Paulo, n. 40/41, 1997.

SOUZA; LAMOUNIER, Bolívar. "A feitura da nova constituição: um reexame da cultura política brasileira". In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

WALLERSTEIN. *Tipologia das crises no sistema mundial*. Simpósio NST. N. 1, Calchester, Essex. Reino Unido: 5-7 nov, 1984.

WEBER, Max. *Conceitos Básicos de Sociologia*. São Paulo: Centauro, 2005.

Internet:

ANTENTAS; VIVAS, Esther. Entrevista com tradução de Antonio Martins, Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2011/06/22/espanha-e-agora/>>. Acesso em: nov. 2011.

NEGRI. Entrevista com tradução de Bruno Cava. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2011/06/08/15m-redes-e-assembleias-por-antonio-negri/>>. Acesso em: nov. 2011.

|140|

Dois movimentos, dois séculos...

RIBEIRO; BORBA. *Participação, democracia e legitimidade na América Latina: tendências recentes e determinantes individuais.* Disponível em: <www.waporlatinoamerica.org/descargas/documentos/Dribeiro.doc>. Acesso em: dez. 2012.